

Anulabilidade epistêmica e o problema de Gettier¹

Epistemic defeasibility and the Gettier problem

Eduardo Alves dos Santos

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

eduardoalves.eas@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/0311873590422049>

Resumo

O conceito de conhecimento proposicional é tradicionalmente definido como crença verdadeira justificada. É uma ideia que parece ser aceita durante quase toda a história da filosofia. Contudo, em 1963, Edmund Gettier apresenta casos em que um sujeito possui crença verdadeira justificada que não é um caso de conhecimento, originando o Problema de Gettier. A fim de explicar o que é o conhecimento proposicional e resolver o impasse levantado por Gettier, inúmeras teorias surgiram na literatura. Os objetivos deste artigo são (i) apresentar a Teoria da Anulabilidade de Peter Klein; (ii) a crítica de John Turri; e (iii) a resolução do caso *Newspaper (Civil Rights Worker Case)* de Gilbert Harman utilizando o aparato anulabilista.

Palavras-chave

Derrota Epistêmica; Problema de Gettier; Conhecimento.

Abstract

The concept of propositional knowledge is traditionally understood as justified true belief. It is a thesis that is accepted throughout the history of philosophy. However, in 1963, Edmund Gettier presented cases in which a subject has a justified true belief that is not knowledge, originating the Gettier's Problem. In order to explain what is propositional knowledge and solve the challenge raised by Gettier, many theories have been offered. The aim of this paper is (i) to introduce the Defeasibility Theory of Knowledge, proposed by Peter Klein, (ii) to present an important objection against it raised by John Turri, and (iii) to show a solution to the famous Newspaper case, by Gilbert Harman, using the defeasibility theory's apparatus.

Keywords

Epistemic Defeasibility; Gettier's Problem; Knowledge.

1. Introdução

A Análise Tradicional do Conhecimento explica o conhecimento proposicional por meio de uma análise, formulada de maneira tripartite: S sabe que P se e somente se (i) S crê que P, (ii) P é verdadeiro e (iii) S está justificado ao crer que P. São intuições que, possivelmente, possuem suas origens nos diálogos platônicos Ménon e Teeteto. São condições individualmente necessárias e conjuntamente suficientes que, se satisfeitas, constituiriam a definição do conhecimento proposicional. No entanto, em 1963, o filósofo Edmund Gettier, em seu artigo *Is Justified True Belief Knowledge?*, apresenta casos nos quais, mesmo que S creia veraz e justificadamente que P, não parece intuitivo afirmar que ele saiba que P, devido à situação acidental que fez com que a crença seja verdadeira. Os casos são tais que não parecem plausíveis sustentar que a crença verdadeira justificada seja um caso de conhecimento, devido ao seu processo de formação. Gettier, portanto, teria demonstrado que Análise Tradicional é

¹ Agradeço ao CNPq, pela bolsa, e aos professores Claudio de Almeida e João Fett.

insuficiente por não poder distinguir casos de boa formação de crença verdadeira justificada de casos em que isso acontece por sorte. Para a análise tornar-se satisfatória, ela exigiria algo mais do que a intuição platônica de que conhecimento é crença verdadeira justificada.

Sua objeção renova a Epistemologia. Surgem inúmeras teorias buscando o que deve ser alterado ou acrescentado à Análise Tradicional do Conhecimento a fim de resistir ao ataque de Gettier e a possíveis novos ataques.² Neste contexto, a Teoria da Anulabilidade de Peter Klein apresenta-se como uma boa candidata para a resolução desse problema, pois oferece uma análise plausível do conceito de conhecimento e uma explicação para o fenômeno da Gettierização.³ Os objetivos deste artigo são apresentar (i) a Teoria da Anulabilidade de Peter Klein; (ii) a crítica de John Turri; e (iii) a solução anulabilista do problemático caso *Newspaper* de Gilbert Harman.

2. Análise do conhecimento

Os problemas sobre o que entender acerca da noção de justificação e de conhecimento são tão antigos quanto a própria História da Filosofia. Neste estudo, o foco é o conhecimento factual – ou, também, conhecimento proposicional –, isto é, o conhecimento de fatos (Oliveira, 2016, p. 16). Por exemplo, que há um celular no meu bolso. É representado pela forma S sabe que P, sendo ‘S’ algum sujeito doxástico e ‘P’ alguma proposição que representa algum fato do mundo (Fett, 2016, p. 13).

Considere os seguintes cenários: Tom e Aegon são dois estudantes. Aegon é o típico estudante que comparece em todas as aulas, que trabalha arduamente sobre os textos indicados pelo professor. Tom, diferente de seu colega, não comparece às aulas, não lê os textos e não estuda em casa. Ambos realizam uma prova objetiva. Aegon e Tom acertam o mesmo número de questões. Aegon claramente tinha boa evidência para crer as assertivas eram corretas, enquanto Tom não tinha nenhuma razão para crer. A única ferramenta disponível eram seus palpites. Assim, Aegon sabe, enquanto Tom somente crê verazmente. Aqui uma distinção entre crença (opinião) verdadeira e conhecimento presente nos diálogos platônicos *Ménon* (Platão, 2001, p. 99-103) e *Teeteto* (Platão, 2001b, p. 124-125) precisa ser feita. A mera crença é instável, pois pode ser verdadeira ou falsa. Se a crença for verdadeira, pode ser acidentalmente verdadeira, uma vez que o método de formação utilizado pode não ser o mais adequado. Esse é o cenário no qual Tom encontra-se. Não há conexão entre a crença e a verdade da proposição, uma vez que não há evidência que cause no sujeito a crença. Em outras palavras, é um palpite que causa uma crença verdadeira. O conhecimento, por sua vez, “é estável, e por isso mais valioso que a mera crença verdadeira” (Fett, 2016, p. 15), pois não é acidentalmente verdadeiro, uma vez que existe uma base, uma explicação racional, uma justificação que conecta a crença e a verdade da proposição (Fett, 2016, p. 18-19). Esse é o cenário no qual Aegon encontra-se.

A distinção entre crença verdadeira e conhecimento é o que, possivelmente, origina a chamada Análise Tradicional do Conhecimento (ATC)⁴, que define o conceito de conhecimento por meio de uma análise, mostrando quais condições são necessárias e suficientes para que S saiba que P (Fett, 2016, p. 13). A definição do conceito de conhecimento proposicional é formulada da seguinte maneira:

² Por exemplo, *No-False-Lemmas* de Michael Clark (1963); A Teoria Causal (1967) e o Confiabilismo processual (1979) de Alvin Goldman; A Anulabilidade de Keith Lehrer e Thomas Paxson (1969); A Teoria do Rastreamento de Robert Nozick (1981); e o *Knowledge First* de Timothy Williamson (2000).

³ O fenômeno da Gettierização também é explicado por Linda Zagzebski (1994) e por Duncan Pritchard (2007), dentre outros.

⁴ De acordo com Oliveira (2016, p. 18), “a definição ‘clássica’ de conhecimento ‘como crença verdadeira justificada’ não vem exatamente de Platão, mas claramente é baseada nele, permitindo a alguém como Chisholm atribuí-la sem problemas a ele”.

- S sabe que P se e somente
- (i) S crê que P;
 - (ii) P é verdadeiro;
 - (iii) S crê justificadamente que P.

A Análise Tradicional mostra, portanto, que S sabe que P se e somente se (i) S cre P, (ii) P é verdadeiro, pois, uma vez que o conhecimento é factivo, não é possível saber aquilo que é falso e (iii) S cre justificadamente que P. Parecia ser uma análise satisfatória para explicar o que é o conhecimento proposicional, pois abrangeria as condições necessárias e suficientes para termos conhecimento.

3. Gettierização

Edmund Gettier, em seu artigo *Is Justified True Belief Knowledge?* (Gettier, 1963) apresenta dois princípios – que atualmente são chamados de Falibilismo e de Fecho Epistêmico – e nos apresenta casos em que não é razoável afirmar que S sabe que P. Nesses casos, o sujeito crê veraz e justificadamente que P, contudo, isso não é suficiente para saber, uma vez que a verdade da crença justificada é uma feliz coincidência. Essa situação parece ser incompatível com a nossa compreensão intuitiva do que seja um caso de conhecimento.

Com a finalidade de atacar a suficiência da Análise Tradicional, Gettier oferece-nos os seguintes princípios:

Falibilismo: Um sujeito, S, pode estar doxasticamente justificado em crer uma proposição, P, e P pode ser falsa.

Fecho Epistêmico: Se um sujeito, S, está doxasticamente justificado em crer uma proposição, P, e P acarreta Q, e S passa a crer que Q em virtude de deduzi-la validamente de P, então S está doxasticamente justificado em crer que Q (Klein, 2008, p. 36).⁵

Esses princípios mostram que, (i) no Falibilismo, um sujeito, S, pode crer justificadamente em uma proposição falsa. Isso significa que a justificação pode ser falível, isto é, não garantir a verdade da crença justificada; que, (ii) no Fecho Epistêmico, a justificação doxástica é transmitida por meio de implicação lógica. Essas são ideias fundamentais para a compreensão e para a efetivação dos casos propostos por Gettier. Nos casos, há um sujeito que possui uma crença falsa, que está justificada doxasticamente. Disso, se o Fecho Epistêmico for aceito, é possível deduzir validamente uma proposição verdadeira, que é, também, justificada doxasticamente. O conteúdo proposicional da crença falsa implicou uma proposição verdadeira, que está justificada para o sujeito. Ele possui, portanto, uma crença verdadeira justificada, satisfaz as condições da Análise Tradicional. No entanto, não é plausível afirmar que tenha conhecimento, uma vez que foi por sorte que a crença justificada é verdadeira. Considere o exemplo a seguir, proposto por Gettier:

(O caso das dez moedas): Suponha que Smith e Jones se candidataram para determinado emprego. E suponha que Smith tem forte evidência para a seguinte proposição conjuntiva:

(D) Jones é o cara que conseguirá o emprego e Jones tem dez moedas em seu bolso. A evidência de Smith para D pode ser que o presidente da empresa lhe assegurou que no fim das contas Jones seria selecionado, e que ele, Smith, contou as moedas no bolso de Jones dez minutos atrás. A proposição D implica:

⁵ Gettier (1963, p. 121) formula da seguinte maneira: “First, in that sense of ‘justified’ in which S’s being justified in believing P is a necessary condition of S’s knowing that P, it is possible for a person to be justified in believing a proposition that is in fact false. Secondly, for any proposition P, if S is justified in believing P, and Q as a result of this deduction, then S is justified believing Q”.

(E) O cara que conseguirá emprego tem dez moedas em seu bolso. Vamos supor que Smith vê a implicação de D e aceita E baseado em D, para qual ele tem forte evidência. Nesse caso, Smith está claramente justificado em crer que E é verdadeiro.

Mas imagine, ainda por cima, que sem que Smith saiba, ele próprio, não Jones, conseguirá o emprego. E, também, sem que Smith saiba, ele próprio tem dez moedas em seu bolso. Então, a proposição E é verdadeira, embora a proposição D, da qual ele inferiu E, seja falsa (Gettier, 1963, p. 122).

Nesse caso, Gettier apresenta um sujeito, Smith, que crê veraz e justificadamente em E, “o cara que conseguirá o emprego tem dez moedas em seu bolso”, mas não parece ser esta proposição um caso de conhecimento. A proposição E é deduzida da proposição D, “Jones é o cara que conseguirá o emprego e Jones tem dez moedas em seu bolso”, que é uma crença falsa justificada e, por sorte, a proposição E é verdadeira. Se Smith tivesse dúvidas sobre a verdade de D, não haveria razões para D justificar E. Isso não parece ser um caso de conhecimento. Smith, quando deduz E de D, está pensando em Jones, quando, na verdade, ele próprio ficará com o emprego. Além disso, Smith também possui dez moedas em seu bolso.

No Caso das Dez Moedas, Smith tem uma crença verdadeira justificada em E. De acordo a Análise Tradicional, Smith sabe que E. A Análise Tradicional do Conhecimento propõe uma resposta incompatível com a nossa intuição. Sua falha consiste em dizer que isso é um caso de conhecimento, quando, na verdade, não é. Gettier, portanto, demonstra que conhecimento não é, ou não é somente, crença verdadeira justificada (Gettier, 1963, p. 123). Há um problema agora: o que deve ser alterado, acrescentado ou, até mesmo, removido para que possamos explicar o que é o conhecimento? Para resolver isso, inúmeras teorias surgiram na literatura: (i) teorias que abandonam a noção de justificação e buscam explicar o conhecimento usando outras noções; (ii) teorias que acrescentam uma quarta condição, que, em conjunto com as outras três, constituiria uma análise satisfatória do conhecimento.⁶ Nosso objetivo, a seguir, é apresentar a Teoria da Anulabilidade de Peter Klein, que propõe uma quarta condição necessária a ser acrescentada as outras três condições.

4. O anulabilismo de Peter Klein

O Anulabilismo de Peter Klein apresenta-se como uma das propostas de solução mais promissoras⁷ para o problema de Gettier: propõe uma quarta condição, que, acrescentada as outras três, constituiria uma análise plausível e eficaz contra os casos apresentados por Gettier e os que o sucederam, os casos tipo-Gettier⁸, mostrando o porquê de o sujeito gettierizado não possuir conhecimento e o que, naqueles casos, deveria ser evitado para que S saiba que P. Neste capítulo, apresentaremos os aspectos gerais da teoria e veremos como ela lida com alguns problemas.

4.1 Derrota epistêmica

Em cada caso-Gettier, há uma verdade, cuja conjunção com o justificador da crença-alvo não justifica S ao crer que P (Klein, 1981, p. 138). Além disso, a crença justificada do sujeito é acidentalmente verdadeira. Essas são as razões que o impedem de adquirir conhecimento. O

⁶ Um exemplo de (i) é a Teoria do Rastreamento de Robert Nozick (1981); de (ii) é o Anulabilismo de Peter Klein (1981).

⁷ Jonathan Kvanvig, Claudio de Almeida e João Fett creem que a Teoria da Anulabilidade é a mais promissora para resolver o Problema de Gettier. No entanto, essa não é uma posição majoritária. Richard Feldman, Richard Foley e John Turri são alguns exemplos de autores que discordam dessa posição (De Almeida e Fett, 2016, p. 152).

⁸ Os casos tipo-Gettier compartilham estruturas distintas, mas a essência é mantida: há um sujeito que possui crença verdadeira justificada que não é caso de conhecimento.

⁹ Há, na literatura, uma grande variedade de casos tipo-Gettier. Para mais informações, veja Fett (2016).

diagnóstico de Klein é que uma justificação boa para o conhecimento é aquela que é resistente à verdade. Isso significa que não é enfraquecida ou destruída ao adicionarmos mais verdades no sistema doxástico do sujeito.¹⁰ O oposto a isso é o que ocorre nos casos-Gettier: a justificação não resiste à verdade e é totalmente destruída.¹¹

Em cada caso-Gettier, há o que Klein chama de derrotador (*defeater*): uma proposição verdadeira que S não crê, mas que se conjugada com conjunto de justificadores da crença-alvo, torna S injustificado em crer que P.¹² Além disso, em cada caso-Gettier, há uma proposição E que justifica a crença em Q. Q, por meio da implicação lógica, justifica P. A cadeia de razões pode ser representada desta forma: E justificando Q, justificando P, ou seja, E \rightarrow Q \rightarrow P. Por exemplo, no Caso das Dez Moedas, o derrotador F, “Jones não ficará com o emprego”, conjugada com D, “Jones é a pessoa que conseguirá o emprego e Jones tem dez moedas em seu bolso”, não justifica a crença em E, “a pessoa que conseguirá o emprego tem dez moedas em seu bolso”, isto é, (F & D) \sim E. O Caso das Dez Moedas é um típico caso de inferências envolvendo falsidades.

Um caso interessante para se fazer um contraponto ao Caso das Dez Moedas é o dos Celeiros Falsos,¹³ de Alvin Goldman, um dos assim chamados casos tipo-Gettier. É um caso em que o sujeito possui crença verdadeira justificada, não há nem inferências, nem falsidades envolvidas, depende somente de verdades, mas, ainda sim, há algo estranho acontecendo. Considere o caso, a seguir, proposto por Goldman:

Celeiros Falsos: Henry está dirigindo em uma cidade do interior com o seu filho. Para a edificação da criança, Henry identifica vários objetos da paisagem à medida que eles aparecem. “Aquilo é uma vaca”, diz Henry, “Aquilo é um trator”, “Aquilo é um celeiro”, etc. Henry não tem dúvida sobre a identidade desses objetos; em particular, ele não tem dúvida de que o último objeto mencionado é um celeiro, o que é verdadeiro. No entanto, Henry encontra-se no distrito que está cheio de fachadas de celeiro de papier-mâché, mas ele não suspeita disso. Todos os celeiros na vizinhança são falsos, exceto o celeiro para o qual está olhando. Uma vez que o celeiro genuíno e os falsos são indistinguíveis da perspectiva de Henry e que Henry não tem qualquer base para pensar que alguma coisa está errada, ele passa a crer veraz e justificadamente que aquilo é um celeiro (Goldman, 1976, p. 772-773).

Neste caso, Goldman apresenta um sujeito, Henry, que está dirigindo em uma cidade do interior, identificando vários objetos presentes na paisagem para seu filho. Um dos objetos é um celeiro e ele asseve: “Aquilo é um celeiro”. A visão de Henry não é problemática, não há tráfego para distraí-lo e o objeto está próximo o bastante para não o confundir. Até aqui, é plausível afirmar que Henry sabe que C, “Aquilo é um celeiro genuíno”. Ele crê que há um celeiro, o conteúdo proposicional de que há um celeiro é verdadeiro e ele está utilizando sua percepção

¹⁰ O *background* dessa ideia provém de Hintikka. A ideia é que se conhecimento é compatível com mais conhecimento, então conhecimento é compatível com mais verdades. Cf. De Almeida e Fett (2016, p. 155, *footnote* 9) e Fett (2016, p. 43).

¹¹ Claudio de Almeida crê que a noção de justificação resistente à verdade é problemática, uma vez que isso acarretaria numa justificação infalível, e isso não é algo que os falibilistas possam aceitar (De Almeida, *forthcoming*).

¹² Uma distinção entre derrotador e anulador precisa ser feita: o derrotador (*defeater*) é uma proposição verdadeira, na qual o sujeito não crê, cuja conjunção com o justificador da crença-alvo não justifica a crença de S em P. Sua função é destruir o suporte que a justificação fornece à crença-alvo. Já o anulador (*overrider*) não é necessariamente uma proposição verdadeira, na qual o sujeito crê e sua função é diminuir o suporte que a justificação fornece à crença-alvo. Em outras palavras, o derrotador ataca a justificação *ultima facie*, enquanto o anulador impede que a justificação torne-se *ultima facie*, isto é, a justificação permanece *prima facie*. Para maiores esclarecimentos acerca da justificação *prima facie* e *ultima facie*, veja (Fusari, 2009). Uma discussão mais longa sobre derrotadores e anuladores pode ser encontrada em Klein (1981), De Almeida e Fett (2016) e Fett (2016). Feita a distinção, a conversa interessante é sobre derrotador, pois é neles que identificamos os motivos pelos quais o sujeito gettierizado não possui conhecimento.

¹³ Este caso é um contraexemplo à Teoria Causal de Goldman (1967). O sujeito possui uma crença bem causada que, no entanto, não é um caso de conhecimento (Goldman, 1976, p. 773). Este caso é atribuído por Goldman a Carl Ginet (Goldman, 1992, *note* 1, p. 102).

para justificar sua crença. No entanto, isso não é suficiente para explicar o conhecimento proposicional. Suponha que o ambiente no qual Henry encontra-se está repleto de fachadas de celeiro, idênticas aos genuínos. Quando olha para alguma fachada, forma a crença de que aquilo é um celeiro genuíno. Se Henry formasse a crença na proposição F, “Aquilo não é um celeiro genuíno, mas uma fachada”, ele, provavelmente, não diria para seu filho que aquilo é um celeiro genuíno. O problema é que, quando Henry assere C, “aquilo é um celeiro genuíno”, ele está olhando para um celeiro genuíno, não uma fachada. Agora, isso não parece ser um caso de conhecimento:¹⁴ mesmo se olhasse para uma fachada, pensaria que é um celeiro genuíno. O sujeito não adquire conhecimento, por causa da presença do derrotador F. Isso acarreta que a justificação de Henry não resiste à verdade. Diferentemente do Caso das Dez Moedas, em que o sujeito chega a uma conclusão por meio de um raciocínio inferencial, que há uma falsidade envolvida, o caso dos Celeiros não há uma cadeia de inferências, e não há falsidades envolvidas, mas, ainda sim, o sujeito não possui conhecimento.

Nesses casos, a justificação do sujeito é defectiva (*defective*). Isso significa que a justificação do sujeito gettierizado não é resistente ao acréscimo de verdades. Em outras palavras, há um derrotador para a justificação da crença-alvo (Fett, 2016, p. 46). Uma boa justificação, nas palavras de Klein, é a justificação não-defectiva (*nondefective*). Dito de outro modo, é aquela justificação que é resistente à verdade (Klein, 1981, p. 139-141). A justificação boa para o conhecimento é, portanto, a justificação não-defectiva.

Contudo, somente essas breves noções sobre derrotador e sobre justificação não-defectiva não são suficientes para lidar com a variedade de casos tipo-Gettier presentes na literatura. Assim como o derrotador pode cancelar suporte que os justificadores fornecem à crença-alvo, o efeito causado pelo derrotador também pode ser cancelado por outro derrotador. Considere, a seguir, o caso A Louca da Sra Grabit:

Eu vejo um sujeito que me parece ser Tom Grabit roubando um livro na biblioteca. Minha observação do sujeito e do comportamento dele (sob boa iluminação, em uma distância curta, recordando-me de como Tom se parece) não deixa espaço para dúvida: (P) o ladrão deve ser Tom Grabit. Contudo, sem que eu o saiba, (D) a Sra. Grabit, mãe de Tom, testemunha que, enquanto Tom estava viajando, o irmão gêmeo dele estava na biblioteca no dia em questão. No entanto, também sem que eu o saiba, (R) a Sra. Grabit sofre de Alzheimer e está fazendo uma alegação falsa sobre um gêmeo que sequer existe. Foi de fato Tom quem roubou o livro (De Almeida e Fett, 2016, p. 153-154).¹⁵

Parece intuitivo afirmar que o sujeito sabe que Tom é o ladrão. No entanto, a Teoria da Anulabilidade nos ofereceria um veredito contrário. A justificação de S seria defectiva, pois não resistiria ao acréscimo da verdade de D. Neste ponto, uma distinção precisa ser feita. Há o derrotador enganador (*misleading defeater*) e o derrotador genuíno (*genuine defeater*). O derrotador genuíno é o que está presente nos casos-Gettier e nos tipo-Gettier, e é o que impede o sujeito de adquirir conhecimento. A justificação é derrotada por uma verdade (Fett, 2016b, p. 193; Klein, 1981, p. 147-149). Já o derrotador enganador trabalha por meio da falsidade, isto é, a justificação é derrotada por uma falsidade. É isso o que acontece no caso A Louca da Sra. Grabit. O protagonista satisfaz as condições para o conhecimento, no entanto o testemunho da Sra. Grabit, juntamente com a falsidade F, “Tom possuir um irmão gêmeo e era ele que estava na biblioteca” é o que causa a derrota ilusória da justificação. A proposição D funciona como o *start* da derrota, o primeiro elo da cadeia inferencial, e é o que Klein chama de derrotador inicial (*initiating defeater*), enquanto F é o derrotador efetivo (*effective defeater*), o último elo da cadeia inferencial (Klein, 1981, p. 144), e é, necessariamente, uma falsidade (De Almeida e Fett,

¹⁴ De acordo com Fett (2016, p. 30), não há consenso entre os epistemólogos acerca do sujeito no caso do Celeiros Falsos estar ou não em posse de conhecimento.

¹⁵ Este caso foi originalmente publicado em Lehrer e Paxson (1969).

2016, note 14, p. 157). Já a proposição R é um restaurador (*restorer or defeater-eater*) da justificação de S para crer que P (De Almeida e Fett, 2016, p. 157). O efeito do restaurador é restaurar a justificação para P, cancelando a derrota ilusória causada pelo derrotador enganador. O ponto de Klein é que se há um derrotador para a justificação, este derrotador precisa necessariamente ser enganador para que o sujeito tenha conhecimento. A Teoria da Anulabilidade não nos oferece um veredito contrário às nossas intuições, pois o derrotador presente no caso acima é um derrotador enganador. O sujeito tem conhecimento, sua justificação é resistente à verdade, e se for derrotada, será uma derrota enganadora, suscetível à restauração.

É possível, portanto, apresentar a análise anulabilista do conhecimento: S sabe que P se e somente se:

- P é verdadeiro;
- S crê que P;
- S crê justificadamente que P;
- Todo derrotador da justificação de P para S é um derrotador inicial enganador (Klein, 1981, p. 150).

A quarta condição garante ao sujeito uma justificação não-defectiva, resistente à verdade e é passível de restauração, caso sofra uma derrota enganadora.

A Teoria da Anulabilidade é uma das propostas de solução ao problema de Gettier. No entanto, não está livre de problemas. No que se segue, veremos a objeção de John Turri e a resposta de De Almeida e Fett a ela. Por fim, veremos como a teoria lida com o emblemático caso *Newspaper* de Gilbert Harman.

4.2 A objeção de John Turri

John Turri, ao examinar as propostas de solução ao problema de Gettier, julgou a Teoria da Anulabilidade incapaz de resolvê-lo. A teoria falha ao resolver o problema por dar uma resposta contrária aos casos que possuem um juízo comum. Isso acontece pela distinção que há entre derrotador enganador, derrotador genuíno e o restaurador. O problema disso é que essa distinção explica o caso A Louca da Sra. Grabit, no entanto, passa a considerar os demais casos Gettier como casos em que o sujeito tem conhecimento (Turri, 2012, p. 218-219). Para reconstruirmos a argumentação de Turri, considere o caso Lamborghini:¹⁶

(E): Linus diz à Dra. Lamb que ele possui um Lamborghini; Linus tem a nota em mãos; a Dra. Lamb viu Linus chegar ao campus no Lamborghini todos os dias dessa semana; Linus entregou as chaves à Dra. Lamb e a deixou dar uma volta.

(P): Pelo menos um dos meus alunos possui um Lamborghini.

(D): Linus não possui um Lamborghini.

(R): Uma moça discreta, que senta no fundo da sala, possui um Lamborghini (Turri, 2012, p. 215).

De acordo com Turri, a Teoria da Anulabilidade considera esse típico caso-Gettier como um caso de conhecimento. No caso acima, a conjunção (E&D) derrota a justificação para P. A proposição R, por sua vez, se adicionada ao sistema doxástico da Dra. Lamb, derrota a derrota, pois a conjunção (E&D&R) volta a justificar P (Turri, 2012, p. 218-219). R seria um restaurador da justificação para P. Isso acontece em todos os casos-Gettier, uma vez que a crença-alvo de conhecimento é sempre verdadeira, e sempre será possível encontrar uma verdade que justifique a crença candidata a conhecimento. De acordo com Fett, “basta que encontremos a

¹⁶ Este caso é uma variação do caso Mr. Nogot, de Keith Lehrer (1965).

verdade que explica a verdade da crença gettierizada, a adicionemos ao sistema doxástico do sujeito, e ela contrabalanceará o efeito do derrotador” (Fett, 2016, p. 53). Assim sendo, parece existir um restaurador para todo derrotador.

O raciocínio de Turri, como argumentam De Almeida e Fett (2016), é enganador. Ele sustenta que a justificação de P será restaurada, ao acrescentarmos R ao sistema doxástico do sujeito. Isso não acontecerá. A Dra. Lamb crê justificadamente que P unicamente com base na evidência enganadora fornecida por seu aluno, Linus. Uma justificação que é sustentada por falsidades não é boa para o conhecimento.¹⁷ O erro de Turri está em considerar que R restaurará a justificação, quando, na verdade, a conjunção entre (E&D&R) criará uma nova justificação. D é um derrotador genuíno e, por isso, a justificação fornecida por E não pode ser restaurada, pois “aquela justificação é derrotada para além da justificação – como é o caso com toda a justificação para a crença gettierizada” (Fett, 2016b, 194).

O raciocínio de Turri, portanto, falha neste aspecto: a distinção entre criação e restauração de justificação não está clara. A Teoria da Anulabilidade não considera a crença-alvo como conhecimento nos casos-Gettier, uma vez que a justificação derrotada não pode ser restaurada. O que pode ocorrer é uma boa evidência criar uma nova justificação, se acrescentada ao sistema doxástico do sujeito.¹⁸

4.3 O caso de Gilbert Harman

Uma boa análise do conhecimento deve ser capaz de explicar casos problemáticos, nos quais as intuições divergem acerca de o sujeito estar ou não em posse de conhecimento. Um desses casos é o *Newspaper*, de Gilbert Harman.¹⁹ Considere-o, a seguir:

O Jornal (O Caso do Líder Sindical): Um líder político é assassinado. Temendo um golpe, seus companheiros anunciam em rede nacional que a tentativa de assassinato não matou o líder, mas matou, por engano, um homem do serviço secreto. No entanto, antes que o anúncio pudesse ser feito, um reporter presente na cena do crime telefona ao jornal contando a verdadeira história, que o jornal incluir na sua edição final. Jill compra uma cópia daquele jornal e lê a história do assassinato, juntamente com o relato do reporter. Jill tem crença verdadeira justificada. No entanto, ela não sabe que o líder político foi assassinado. Todas as pessoas ouviram o anúncio na televisão. Até pode ser que tenham visto a notícia no jornal impresso, e não saibam no que acreditar. É altamente implausível que Jill deveria saber simplesmente porque ela não tem evidência que todas as outras pessoas têm. Jill não sabe. Seu conhecimento é derrotado pela evidência que ela não possui (Harman, 1973, p. 143-144).

É difícil emitir algum juízo sobre esse caso. As nossas intuições diferem sobre se S sabe que P ou se S não sabe que P. Jill crê veraz e justificadamente que P, “O líder político foi assassinado”. Ela crê nisso com base na evidência fornecida pelo jornal, que, na maioria das vezes, não transmite evidência enganadora. No entanto, há outro meio de comunicação, tão confiável quanto o jornal, transmitindo a informação contrária à crença de Jill: o líder político não foi assassinado. Como aponta Harman, “o conhecimento é derrotado por evidência que não se possui” (Harman, 1973, p. 144).

¹⁷ Neste ponto, há controversas. Há os famosos casos de conhecimento inferencial via falsidades. No entanto, não há espaço neste artigo para discuti-los. Para uma discussão sobre o conhecimento inferencial via falsidades e como a Teoria da Anulabilidade lida com esses casos, veja Klein (2008).

¹⁸ Esta resposta é originalmente feita em De Almeida e Fett (2016, p. 164-167).

¹⁹ Além desse caso, Harman (1973, p. 142-144) propõe outros dois, nos quais, assim como em *Newspaper*, as intuições sobre o protagonista estar em posse de conhecimento divergem entre os avaliadores.

A Teoria da Anulabilidade, com as noções apresentadas anteriormente, consegue dar conta desse caso, seja para mostrar que Jill sabe, seja para mostrar que Jill não sabe. As premissas do caso são as seguintes:

E: O jornal informou que o líder político foi assassinado.

P: O líder político foi assassinado.

D: Um anúncio na televisão informou que o líder político não foi assassinado.

F: É falso o que o jornal informou.

Primeiramente, consideramos que Jill não sabe que P. O motivo pelo qual ela não sabe é porque não satisfaz a quarta condição da análise anulabilista do conhecimento. A proposição D é um derrotador genuíno e, por isso, a sua justificação não é boa para o conhecimento, uma vez que não resiste ao acréscimo de verdades. Se considerarmos que Jill sabe que P, a conversa fica mais interessante. A proposição D seria um derrotador enganador, que também iniciaria a derrota, enquanto a proposição F seria o derrotador efetivo. Se a minha justificação sofrer uma derrota enganadora, significa que a verdade foi derrotada por uma falsidade. Nessas situações, a minha justificação original para crer que P pode ser restaurada, devido à verdade R, “o anúncio da televisão foi manipulado pelos companheiros do líder político”.

O essencial nos Casos Harman é compreender qual o tipo de derrotador está sendo empregado. De Almeida e Fett já nos avisaram: “o derrotador genuíno de uns pode ser o derrotador enganador de outros em alguns casos cuidadosamente escolhidos” (De Almeida e Fett, 2016, p. 163). Entender que o derrotador enganador e o derrotador genuíno atuam de diferentes maneiras contra a justificação explica as divergência de intuições sobre os Casos Harman.

5. Conclusão

A distinção entre crença verdadeira e conhecimento nos diálogos platônicos *Ménon* e *Teeteto* serviu, possivelmente, para dar origem a Análise Tradicional do Conhecimento. A Análise postula que para S saiba que P as condições de (i) crença, (ii) de verdade e de (iii) justificação precisam ser satisfeitas. No entanto, em 1963, Gettier refuta a Análise Tradicional, argumentando que crença, verdade e justificação não são suficientes para o conhecimento. Com a finalidade de resolver o Problema de Gettier, apresentamos a Teoria da Anulabilidade e seus aspectos mais gerais: a noção de derrota epistêmica e de justificação não-defectiva. Além disso, apresentamos (i) a objeção de John Turri, que fracassa por não distinguir dois pontos chaves da Teoria da Anulabilidade e (ii) a resolução de um caso proposto por Gilbert Harman utilizando o aparato anulabilista. Por fim, a Teoria da Anulabilidade de Peter Klein mostra-se como uma boa opção para a solução do problema de Gettier, oferece respostas plausíveis a algumas objeções e lida com casos nos quais as nossas intuições sobre a posse de conhecimento divergem.

Referências

- CLARK, M. Knowledge and grounds: a comment on Mr. Gettier's paper. *Analysis*, v. 24, n. 2, p. 46-48, 1963.
- DE ALMEIDA, C. Knowledge, benign falsehoods, and the Gettier problem. In: BORGES, R.; DE ALMEIDA, C.; KLEIN, P. (Eds.) *Explaining knowledge: new essays on the Gettier problem*. Oxford: Oxford University Press, [...]. (Em edição)

- DE ALMEIDA, C.; FETT, J. R. Defeasibility and Gettierization: a reminder. *Australasian Journal of Philosophy*, v. 94, n. 1, p. 152-169, 2016.
- FETT, J. R. *O problema de Gettier e a epistemologia do raciocínio*. 2016. 82f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2016. (2016a)
- FETT, J. R. *O problema de Gettier e a teoria anulabilista de Peter Klein*. 2013. 63f. Monografia (Graduação em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2013.
- FETT, J. R. Sorte, virtude e anulabilidade epistêmica. *Principia*, v. 20, n. 2, p. 179-200, 2016. (2016b)
- FUSARI, L. Justificação epistêmica prima e ultima fatie. *Intuitio*, v. 2, n. 2, p. 75-81, 2009.
- GETTIER, E. Is justified true belief knowledge? *Analysis*, v. 23, n. 6, p. 121-123, 1963.
- GOLDMAN, A. A causal theory of knowing. *Journal of Philosophy*, v. 64, n. 2, p. 357-372, 1967.
- GOLDMAN, A. Discrimination and perceptual knowledge. *The Journal of Philosophy*, v. 73, n. 20, p. 771-791, 1976.
- GOLDMAN, A. *Liaisons: philosophy meets the cognitive and social sciences*. Cambridge, MA: MIT Press, 1992.
- HARMAN, G. *Thought*. Princeton: Princeton University Press, 1973.
- KLEIN, P. A proposed definition of propositional knowledge. *Journal of Philosophy*, v. 68, n. 16, p. 471-482, 1971.
- KLEIN, P. *Certainty: a refutation of scepticism*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1981.
- KLEIN, P. Knowledge is true, non-defeated justified belief. In: STEVEN, L. (Ed.) *Essential knowledge: readings in epistemology*. New York: Pearson Longman, 2003. p. 124-135.
- KLEIN, P. Useful false beliefs. In: SMITH, Q. (Ed.) *Epistemology: new essays*. New York: Oxford University Press, 2008. p. 30-64.
- LEHRER, K. Knowledge, truth and evidence. *Analysis*, v. 25, n. 5, p. 168-175, 1965.
- LEHRER, K.; PAXSON, T. Knowledge: undefeated justified true belief. *Journal of Philosophy*, v. 66, n. 8, p. 225-237, 1969.
- NOZICK, R. *Philosophical explanations*. Cambridge: Harvard University Press, 1981.
- OLIVEIRA, R. *Metaconhecimento e ceticismo de segunda ordem*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2016.
- PLATÃO. *Ménon*. Tradução de Maura Iglésias. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Edições Loyola, 2001. (2001a)
- PLATÃO. *Teeteto; Crátilo*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém: Editora UFPA, 2001. (2001b).
- PRITCHARD, D. Anti-luck epistemology. *Synthese*, v. 158, n. 3, p. 277-297, 2007.
- TURRI, J. In Gettier's wake. In: HETHERINGTON, S. (Ed.) *Epistemology: the key thinkers*. New York: Continuum, 2012. p. 214-229.
- WILLIAMSON, T. *Knowledge and its limits*. New York: Oxford University Press, 2000.
- ZAGZEBSKI, L. The inescapability of Gettier problem. *The Philosophical Quarterly*, v. 44, n. 174, p. 65-73, 1994.